

# LANÇAMENTO DE LIVROS

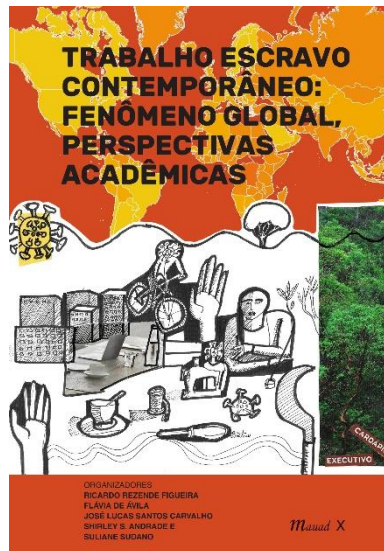
**7 de novembro de 2023**

Terça-feira, 17h30

**Faculdade de Direito – UnB**

Auditório Esperança Garcia





### TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO: fenômeno global, perspectivas acadêmicas

*Orgs: Ricardo Rezende Figueira, Flávia de Ávila, José Lucas Santos Carvalho, Shirley Silveira Andrade e Suliane Sudano*

*MAUAD X, 2023*

Há 20 anos, em 2003, em uma sala precária e pequena do prédio do Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio de Janeiro (CFCH/UFRJ), a decana Suely de Souza de Almeida acolheu o Grupo de Pesquisa Trabalho Escravo Contemporâneo (GPTEC) que seria o primeiro embrião do futuro órgão complementar do CFCH/UFRJ, o Núcleo de Estudos de Políticas Públicas em Direitos Humanos (NEPP-DH). Em 2005, o GPTEC realizou o primeiro Seminário Internacional sobre Trabalho Escravo por Dívida e Direitos Humanos. Nos anos seguintes a 2005, os componentes do GPTEC realizaram diversas pesquisas, quinze reuniões científicas e procederam a dezenas de publicações. Se até o início do século XXI havia pouco interesse no tema, e isso se refletiu no número de pesquisadores presentes no Seminário, apenas 13, nos anos seguintes o tema da escravidão despertou cada vez mais interesse. Certamente o resultado das pesquisas realizadas pela equipe do Grupo não se encontra somente neste livro, mas foi publicado em revistas científicas e em outros livros. O que temos aqui é uma parte do resultado dos textos apresentados, depois de os autores terem cumprido prazos de entrega dos textos e do material ter sido submetido ao parecer de especialistas no tema.



### Escravidão na interseccionalidade de gênero e raça: um enfrentamento necessário

*Orgs: Luísa Nunes de Castro Anabuki e Lys Sobral Cardoso*

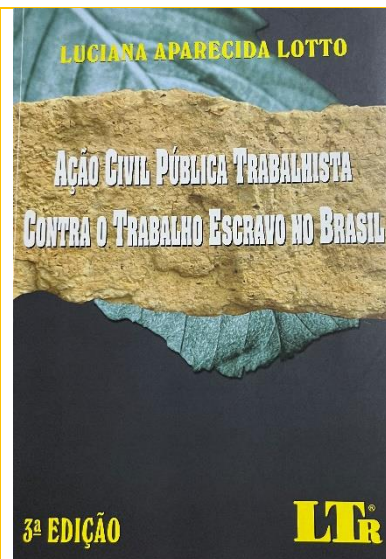
*MPT, 2023*

O Brasil é uma referência mundial no quesito enfrentamento às formas contemporâneas de escravização de pessoas. Criou uma estrutura específica e interinstitucional para combatê-las, tem um conceito modelo estampado no artigo 149 do Código Penal, criou a Lista Suja, lista de transparência de quem são as pessoas, físicas ou jurídicas, que exploraram pessoas em trabalho análogo à escravidão. Porém, em todos esses anos de enfrentamento, quase 95% foram homens, e menos de 5% foram mulheres. Isso enquanto a população brasileira é composta por maioria de mulheres, e elas estão inseridas no mundo do trabalho. O que está havendo então? Para responder a essa pergunta, é necessária uma perspectiva interseccional, que aprofunde a investigação sobre grupos identitários que cujas violações de direitos têm passado despercebidas pela sociedade em geral, inclusive o sistema de fiscalização e o de justiça. E, nessa análise, gênero e raça são critérios indispensáveis para se alcançar as pessoas cobertas socialmente pelo manto da invisibilidade.

## Ação Civil Pública Trabalhista contra o Trabalho Escravo no Brasil

*Autora: Luciana Aparecida Lotto*  
*LTr, 2021*

Esta obra apresenta o âmbito de incidência da escravidão no território brasileiro, desde a escravidão indígena e negra até o trabalho escravo contemporâneo, presente no campo e na cidade, e tendo como vítimas, inclusive, crianças. As origens e consequências do trabalho escravo, a prevenção e a repressão são tratadas para quem quer compreender o trabalho escravo no Brasil.



## Nuevas tecnologías, derechos humanos y negociación colectiva

*Director: Wilfredo Sanguinetti Raymond*  
*Tirant lo Blanch, 2023*

O livro é resultado das pesquisas do I Encuentro de Doctorandos de Derecho del Trabajo de la Universidad de Salamanca, que reuniu estudiosos da Iberoamérica, com o objetivo de apresentar o estado de suas teses e promover um intercâmbio de ideias entre os palestrantes e os ouvintes. Está dividido em sete artigos: “Reconversión de empresas y recualificación laboral en la Revolución 4.0”; “La introducción de las nuevas tecnologías en la organización de la empresa: apuntes sobre la relación entre inteligencia artificial y acción colectiva”; “Trabajo esclavo contemporáneo de migrantes en Brasil: un análisis del papel de la gobernanza internacional”; “El desarrollo de la justiciabilidad directa de los derechos humanos laborales: un desafío para el sistema interamericano de los derechos humanos”; El deber estatal de fomento de la negociación colectiva en el Perú”; “El rol de la negociación colectiva y los representantes de los trabajadores en la regulación del consumo de alcohol y drogas en la empresa”; e “El test de laboralidad y la dialéctica de los indicios de subordinación y autonomía”.





### Temas de Crítica ao Direito - Vol. 2

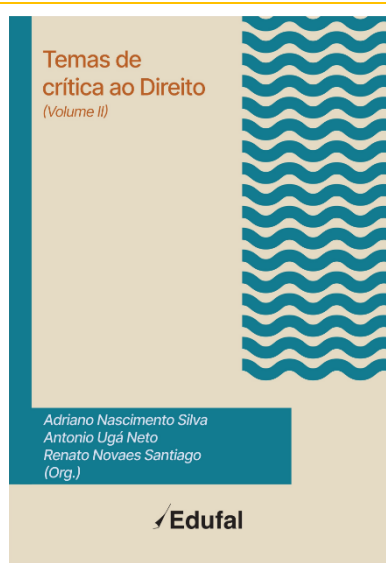
*Orgs: Adriano Nascimento Silva, Antonio Ugá Neto e Renato Novaes Santiago*  
*Edufal, 2023*

A presente obra é um movimento duplo de continuação e ruptura. Continuação por ser o segundo volume da coletânea publicada em 2015 e que se mantém como contracorrente da tradição dogmática e conservadora no estudo do Direito. Este volume reúne pesquisadores(as) da UFAL ou dela oriundos(as) que defrontam a temática jurídica de modo dialético com a estrutura econômica e instâncias políticas e ideológicas, em diferentes graus de análise. A ruptura, por outro lado, se manifesta pelo ingresso de autoras(es) com linhas de pesquisa vinculadas ao serviço social, à questão social e aos direitos sociais, o que expressa a capilaridade própria ao jurídico e que conflui na pertinência de se investigar alguns dos principais vetores do desenvolvimento produtivo latino-americano e a dinâmica econômica entre países de periferia e centro. As pesquisas também expressam a multiplicidade temática e a interdisciplinaridade própria à investigação da crítica à totalidade social na qual o Direito se insere.

### Trabalho escravo no Brasil: mecanismos de repressão e prevenção

*Autora: Fabiana Galera Severo*  
*Editora Dialética, 2021*

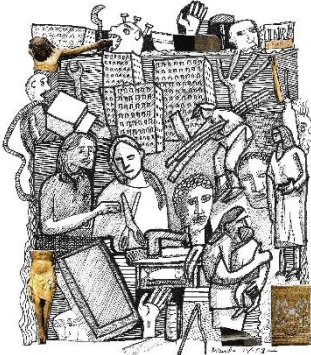
O livro traça um panorama da escravidão contemporânea no Brasil e seus mecanismos jurídicos de repressão e prevenção. Traz uma contextualização histórica da escravidão contemporânea, o papel do direito no combate ao trabalho escravo e uma análise jurídica da prática. São apresentadas as condutas que configuram a exploração do trabalho escravo contemporâneo no ordenamento jurídico brasileiro e sob a perspectiva internacional, com análise dos mecanismos jurídicos de repressão, nas esferas administrativa, trabalhista e criminal, à luz de casos concretos paradigmáticos deflagrados no âmbito da fiscalização do trabalho. São analisados, ainda, mecanismos repressivos de natureza econômica em casos de exploração do trabalho escravo, bem como possíveis medidas jurídicas de prevenção a essa violação de direitos humanos, cujos arranjos jurídicos envolvem cadeias produtivas globais, sucessivas subcontratações da força de trabalho, imigração clandestina, tráfico de pessoas, abuso de situação de vulnerabilidade social e econômica e práticas de recrutamento abusivo e fraudulento.



Marcela Soares

### ESCRavidÃO E DEPENDÊNCIA

opressões e superexploração da força de trabalho brasileira



### Escravidão e dependência: opressões e superexploração da força de trabalho brasileira

Marcela Soares

*Lutas Anticapital, 2022*

O que pode explicar, em pleno século XXI, a permanência da escravidão moderna que se tonou parte constitutiva da tragédia brasileira? Como é possível que, em plena era do trabalho digital e informacional, dos algoritmos, inteligência artificial, big data, internet das coisas, 5G etc, a aberração da escravidão do trabalho persista? Foi durante o processo de colonização que se gestou uma sociedade senhorial, escravista, patriarcal e subordinada que se constituiu destruindo o trabalho autônomo e comunal presente nas atividades indígenas. E o substituiu pela escravização dos povos africanos que foram brutalmente transferidos de seu mundo para a nascente colônia.